BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 08 29 DE ABRIL DE 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.8, abr. 1977

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

EQUIPE TÉCNICA

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M.S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.

EQUIPE DE APOIO

Aloísio da Cunha Nóbrega
Ana Maria Mendes Simões
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 08 29 de abril de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Hortifrutigranjeiros: da anomia ao controle, um longo caminho a percorrer (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Feijão: Futuras importações de feijão preto indicam câmbios de política e maiores produções de feijão a cores (pág. 9)

Milho: Exportações brasileiras em 77 não deverão contar com grande estímulo do preço externo (pág. 10)

Soja: Alterações do subsídio aliviam mercado interno; resta saber até quando, e que fazer com o farelo (pág. 11)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Séries de preço comentadas de alguns produtos hortícolas (pág. 14)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

557889

ANÁLISE DA QUINZENA

Hortigranjeiros: Da anomia ao controle, um longo caminho a percorrer

O fato mais curioso da crise inflacionária do 1º trimestre de 1977 foi que, desta vez, o governo se antecipou aos consumidores e à imprensa em descobrir sintomas mais evidentes da alta de preços. E estes estavam bem à mostra: nos dois primeiros meses do ano, o índice do custo de vida da cidade do Rio de Janeiro (ICV) acusara uma alta de 8,4%, cabendo somente às hortaliças e legumes cerca de 20% da responsabilidade por aquela alta. Ora, as hortaliças e legumes não correspondem a mais de 3% do orçamento familiar típico que serve de cálculo para o índice do custo de vida. A partir de março, enquanto certas alas governamentais se preocupavam em detectar as origens metodológicas da "excessiva" influência das hortaliças e legumes na fórmula de cálculo do ICV, outros escalões despertavam seu interesse para a explicação técnica do comportamento desse relativamente modesto sub-grupo alimentício na despesa familiar.

O alvoroço público em torno dos hortifrutigranjeiros recolheu pontos positivos e negativos, cujo saldo líquido ainda depende do arbítrio severo do tempo. Como principal aspecto positivo, o destaque caberia à tomada de consciência (quae sera tamen !) para a problemática estrutural da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros, que se vem agravando impunemente na razão inversa do grau de urbanização no país. Entre os aspectos lamentáveis da questão, estaria o desaprendizado de princípios de economia a que foi submetida a população. Desde março, mais uma vez se vem promovendo, através da imprensa, uma lamentável confusão entre causas e efeitos da inflação, em cujas reverberações desaparece, como por encanto, a busca dos fenômenos responsáveis pelos outros 80% da alta do ICV no primeiro bimestre deste ano.

A causa imediata e insanável da alta dos preços hortifrutigranjeiros (tomados em grupo) no início de 77, está revelada pelos níveis pluviométricos anormalmente baixos do primeiro bimestre, agravados pelas altas temperaturas observadas nesse período. A apreciação rápida do fenômeno ensejou logo a detecção da influência da entressafra da maioria dos hortifrutigranjeiros, que vinha neste epi

sódio, se associar à adversidade climática. Nada de extraordinário, portanto, para qualquer iniciado nas características sazonais e aleatórias dos movimentos dos preços agrícolas.

Um pouco menos evidente, e menos denunciado (salvo nas altas esferas governamentais) é que as hortaliças e legumes já estavam carregando a pressão inflacionária durante o ano de 1976, quando a elevação dos seus preços fora mais de 100% superior à média praticada em 1975. Ao nível do atacado, o sub-grupo "Legumes e Frutas" apresentara uma alta de 87,4% e os índices de preços do sub-grupo "Raízes e Tubérculos" havia crescido 126,3% entre 1975 e 1976. (vide Notas Estatísticas). Mas toda a surpresa de muitos analistas de última hora se esvaneceria na observação atenta dos índices desses mesmos sub-grupos nos anos 74 e 75, cuja persistente quebra, relativamente ao índice geral de preços, revelaria a completa previsibilidade da recuperação cíclica das cotações dos hortifrutigranjeiros a partir de 1976. Ora, este quadrante cíclico de alta teria que ser magnificado pelos efeitos conjunturais da entressafra e da estiagem neste início de 1977.

Mais importante que tudo, embora frequentemente relegado, é o controle da tendência histórica dos preços hortifrutigranjeiros, sobre cuja trilha ascendente têm flutuado descompassadamente, os otimismos e as desesperanças de produtores, consumidores e governos, ao sabor das variações cíclicas, estacionais e climáticas.

Da observação de uma série recente, a partir de 1969 (vide Notas Estatísticas), percebe-se que os índices dos sub-grupos hortifrutigranjeiros já mencionados apresentam firme ampliação da distância que os separam da evolução do índice geral de preços. Na raiz desta tendência estão configuradas causas remotas e razões supervenientes nos últimos anos. Entre estas últimas, se deve dar particular atenção à especulação imobiliária na periferia das grandes cidades, que vem afastando os "cinturões verdes" para um raio mais distante dos núcleos de consumo; e, obviamente, as majorações do custo dos combustíveis a partir de 1974, exponenciam os efeitos desse afastamento. As ações governamentais não têm tido nenhum impacto compensatório contra a elevação real do preço dos terrenos periféricos e contra o custo de transporte, ambos elementos de destaque na estrutura do custo final dos hortifrutigranjeiros.

Entre as causas mais remotas, destacam-se a crescente urbanização e o crescimento das rendas individuais, este exercendo pressão altista pelo lado da demanda, e as cidades exigindo uma contínua necessidade de aprimoramento dos fluxos de comercialização. Se não se moderniza o escoamento, o resultado é a perda de capilaridade do sistema de comercialização, disso resultando crescentes margens para cobertura dos ônus dessa ineficiência, preços mais altos no varejo e redução nos ganhos dos produtores.

As centrais de abastecimento que, ao longo da última década, vem sendo instaladas nos grandes centros urbanos, tem propiciado dividendos positivos como entrepostos intermediários na comercialização dos hortifrutigranjeiros. Contudo, a neutralidade de seu papel de mero locador de espaço para operações de compra e venda, não evitou que se criassem distorções no sistema de comercialização dos produtos.

O SINAC - Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - continuará sofrendo uma sensível perda de sua rentabilidade econômica, a menos que se implante definitivamente a reorganização da primeira e última fases da comercialização. Alguns ensaios já têm sido realizados, respectivamente, com as experiências de Mercado Expedidores de Origem e os Horti-mercados. Porenquanto, as Centrais de Abastecimento corresponderiam, numa metáfora, a um coração que se transplantou a um corpo cujos sistemas arterial (fluxo do produtor à Central) e venoso (fluxo da Central ao consumidor) permanecem esclerosados.

Além disso, a eficiência da atuação governamental depende do sistema nervoso da comercialização de hortifrutigranjeiros, que é coleta, processamento e distribuição contínua da informação de mercado. A carência de informações diminui o lucro efetivo dos produtores, pela redução de seu poder de barganha frente ao atacadista, cuja concentração de poder tem sido beneficiada pela influência centrípeta das Centrais de Abastecimento.

A amplitude das flutuações cíclicas dos preços hortifrutigranjeiros está na razão direta dos custos de previsão dos mercados futuros. Os produtores decidem sobre o que, e quanto produzir ,

baseados em informações desfiguradas pelos interesses dos intermediários e, as vezes, desencorajados por boatos insuficientemente desmentidos de intervenções truculentas do poder governamental sobre os preços de seus produtos.

Convenhamos: admitir que a publicidade alce os hortifrutigranjeiros aos nimbos carrancudos da nossa economia, como parte especial da explicação do fenômeno inflacionário, desmerece o talento da nossa política econômica. Os corpos estranhos à estrutura do setor hortícola continuarão infiltrados nas suas malhas de produção e comercialização, mesmo quando já houver passado a atual crise de entressafra e as recentes medidas de política monetária começarem a surtir os efeitos esperados sobre a evolução dos preços. Assim, é louvável a preocupação expressa do Ministério da Agricultura em controlar a tendência estrutural de alta nos preços dos hortifrutigranjeiros através de medidas de estímulo e organização de mercado, cujas principais orientações estão contidas no Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros (PROHORT).

A planificação das soluções ao nível programático exigiria um prévio desmembramento da multitude de realidades enfeixadas indiscriminadamente sob o título genérico de hortifrutigranjeiros. Até o momento, pouco se viu em programas ou declarações que considere as fundamentais diferenças entre produtos estocáveis e os de comercialização imediata, a identificação dos produtos industrializáveis e importáveis (ou exportáveis), as características de mercado díspares entre culturas temporárias e permanentes, e entre aquelas que admitem diversos processos produtivos e as que exigem, necessariamente, tecnologia sofisticada. Só a análise detalhada destas diferenças conseguirão dissipar a retórica das soluções genéricas. Para cada mazela, um remédio específico.

O PROHORT incorpora, numa primeira fase, sete produtos: cebola, batata, tomate, cenoura, alho, banana e laranja. Os remédios seriam os mesmos para todos esses hortifrutigranjeiros? Aí figuram três produtos importantes, importáveis pela sua baixa perecibilidade (cebola, alho e batata), duas culturas permanentes (banana e laranja), pelo menos dois produtos dificilmente estocáveis (cenoura e tomate) e vários cuja industrialização, no Brasil, ainda

é incipiente ou nula. Se ampliarmos a lista de hortifrutigranjeiros verificaremos que, embora estes produtos, em conjunto, apresentem uma tendência histórica de elevação de seus preços reais, algumas das cotações individuais vêm apresentando tendência estável, ou mesmo declinante, como se observa, em séries 1960-76, para a batata, o tomate, a cebola, o abacaxi, a laranja, e ovos, citando apenas alguns exemplos. As amplitudes de variação dos preços, no espaço e no tempo, também divergem enormemente de produto para produto, indicando significativas diferenças na natureza dos processos produtivos e de comercialização, o que exigiria remédios específicos.

Assim, quando se imaginam políticas de controle aos preços dos hortifrutigranjeiros, é indispensável particularizar os instrumentos, sob pena de se acabar obtendo resultados inversos aos esperados. Se, por ilustração, se impuser um tabelamento de preços no varejo, ou ainda, um rígido controle de margens de comercialização, o efeito desencorajador dessas medidas junto aos produtores e intermediários poderia provocar, justamente, o adiamento da recuperação dos volumes produzidos das hortaliças e legumes, acarretando um impacto anticíclico em favor da manutenção do atual quadrante de alta de preços. Por outro lado, medidas de conciliação, como a instituição de "preços de referência" a serem praticados pelos hortimercados da COBAL e acompanhados pelos varejistas particulares, recorre, no fundo, a um subsídio parcial ao consumidor via deficits operacionais da COBAL. A medida poderia constituir-se em paliativo à conjuntura adversa, caso se conseguisse a dubitável participação dos grandes varejistas, mas não poderia se perpetuar em mais uma exceção à disciplina do Orçamento Monetário.

Ademais, estamos diante de dificuldades que, por sua natureza estrutural, não sucumbirão diante de instrumentos emergenciais. As perguntas por enquanto irrespondíveis são: o que fazer, a curto prazo, para evitar o prolongamento da crise atual? Como evitar a repetição da insuportável elevação de preços dos produtos hortícolas nas fases de entressafra e nos quadrantes cíclicos de alta? Que medidas de longo prazo deveriam ser tomadas para reorientar a tendência histórica de ascenção da maioria desses produtos?

A ação funcionalmente oligopsonística dos intermediários atacadistas junto aos produtores, tem reduzido substancialmente os ganhos destes últimos e, ao mesmo tempo, onerado de forma acentuada os preços para os consumidores.

A intermediação atacadista deveria ser competitiva, o que acarretaria redução da margem de comercialização, mas, nas condições atuais, os atacadistas cartelizados impõem os seus preços aos produtores e cobram muito caro pelo exercício (supostamente) eficiente de sua atribuição de escoar os produtos do campo para o varejista. Portanto, todas as propostas de solução, quer sejam de curto ou longo prazos, não podem desconsiderar a poderosa intermediação dos atacadistas, cuja desarticulação instantânea, sem a devida substituição por um mecanismo mais eficaz de comercialização, resultaria num mal maior do que a situação atual.

A proposta da 5a. via (anexação da nota de venda do atacadista à nota de entrada do produtor) além de ser mais um elo burocratizante, não redundaria em resultados positivos, pois os atacadistas encontrariam novas "fórmulas" de sub-faturamento. Somente uma ostensiva e onerosa fiscalização tornaria exequível tal proposta.

O projeto das "cidades hortifrutigranjeiras" não ataca o principal problema que se localiza na comercialização. A integração vertical do processo (produção e comercialização direta ao consumidor), implícita na proposta, só alcançaria seus objetivos se o volume de produção atingisse níveis de concorrência com as próprias Centrais de Abastecimento, o que viria a se chocar com as razões da existência do SINAC.

De acordo com a proposição, o setor produtivo das "cidades hortifrutigranjeiras" teria, na fase inicial, a participação direta do governo, com o compromisso de transferência futura do encargo à iniciativa privada. A sua concretização seria impraticável pelo fato de que tanto a utilização intensiva da mão de obra como a necessidade de agilização da comercialização, esbarram no vezo característico da burocracia, que aliena de seus obje-

tivos a maximização do lucro empresarial.

Uma solução alternativa seria que as Centrais de Abastecimento, além de exercerem os importantes papéis de classificação e ponto de distribuição de produtos, também participassem ativamente na comercialização, procurando intensificar sua função reguladora de preços no atacado, de maneira a contrapor um estoque dinâmico em mãos do governo ao poder oligopolista dos intermediários. Esta abordagem do problema não é sinônimo da atuação da COBAL no varejo, através do controle dos "preços de referência" comentados anteriormente, uma vez que a efetiva regulação do mercado só se consegue pela manipulação de quantidades, e não diretamente via preços. A participação ativa na comercialização ao nível do atacado facilitaria também que os gerentes das CEASA's passassem a conhecer rigorosamente os preços praticados nessas Centrais; qualquer outra forma de repasse de informações aos produtores parece destituída de credibilidade.

Resta, ainda, o maior desafio, que é a modernização tecnológica da produção hortícola. No âmbito da melhoria genética das sementes e mudas, por exemplo, todas as respostas requerem a paciência e a persistência dos que não são crivados pela pressa. O impulso natural nos conduz, geralmente, a favorecer as ações de choque, e isto serve para explicar a fé que se continua a depositar nos efeitos benéficos do crédito rural. O processo de liberação das verbas do PROHORT, recentemente acelerado pela crise do primeiro trimestre de 77, revela a confiança nos mecanismos creditícios, cuja real eficácia ainda não foi suficientemente testada. É óbvio que o acesso dos pequenos produtores hortícolas a essa linha de crédito estará mais uma vez na dependência de dois fatores imediatamente restritivos: primeiro, a questão das garantias exigidas desses pequenos produtores, muitos deles arrendatários quase nômades; segundo, a agilização do reduzido número de extensionistas da rede EMBRATER na aprovação dos projetos a nível técnico. O impacto dos recursos do PROHORT estará, além disso, vinculado ao fluxo de insumos modernos que estejam realmente disponíveis aos produtores hortícolas e, finalmente, à capacidade destes em alocar eficientemente estes recursos.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** FEIJÃO

O governo parece disposto a acabar com a atual crise do feijão preto. Noticia-se que a COBEC foi autorizada a importar 150 mil ton de feijão preto que seriam suficientes para abastecer o mercado até a entrada da nova safra, e para formar estoque necessário ao contra-ataque da instabilidade de oferta. Além disso, as autoridades se mostram inclinadas a alterar a tabela em vigor, reajustando o preço nominal do produto.

A impressão é de que, decidido a eliminar o "problema" feijão, o governo resolve,nesse caso, ser mais flexível quanto às suas metas principais: reduzir o déficit do balanço comercial e a taxa de inflação. Aliás, a relutância em autorizar uma importação de vulto, resultava da preocupação com o balanço de pagamentos. O Paraná é o principal fornecedor de feijão preto para o mercado carioca e a Secretaria de Agricultura daquele estado acaba de divulgar uma previsão de quebra - em torno de 50% - da safra do feijão da seca. A se confirmar essa previsão, e dado que o consumo no Estado do Rio é da ordem de 18 mil ton/mês, seria necessário importar pelo menos 90 mil ton do produto para abastecer o mercado até a entrada da nova safra das águas em dezembro/janeiro. Ainda que a cotação do produto no mercado internacional permanecesse em US$ 380/ton, despenderíamos US$ 34,3 milhões.Por outro lado, diante das perspectivas pessimistas quanto à oferta de 77, o governo estaria disposto a importar o suficiente para fazer face à possível insuficiência de oferta do feijão das águas. A importação de 150 mil ton de feijão preto, representaria, neste caso, dispêndio da ordem de US$ 57 milhões,que não é absolutamente desprezível no contexto de dificuldades do balanço de pagamentos.

Compreensível, também, a manutenção do tabelamento existente, apesar do recrudescimento da inflação interna. No entanto, eliminando-se a tabela, o preço do feijão preto certamente se estabilizará a um nível inferior ao preço atualmente praticado no "câmbio negro", que atualmente incorpora o risco da comercialização à margem do mercado oficial. No final das contas, o feijão sairia mais barato pa

ra o consumidor, até agora o maior prejudicado.

Parece cada vez mais evidente que o tabelamento exclusivo do feijão preto acarretará, proximamente, dificuldades mais graves para o abastecimento interno. Muitos produtores estão procedendo à substituição de cultura de feijão preto pelas diversas variedades de cores, que não sofrem restrição quanto ao preço de mercado.

É razoável esperar que, a persistir tabelado apenas o feijão preto, ocorra a normalização do mercado de feijão de cores em 78, onde atualmente o preço elevado indica uma insuficiência de oferta. Esta normalização se fará às custas de maiores desequilíbrios entre a produção interna e o consumo de feijão preto, obrigando o governo a importações crescentes deste produto para completar a nossa incapacidade em prover o mercado interno adequadamente.

*** MILHO

A deprimida conjuntura dos preços internacionais do milho e as típicas distorções dos fluxos de comercialização interna provavelmente dissiparão as esperanças governamentais de uma exportação de 2,5 milhões de ton em 77.

Com efeito, as expectativas de redução da área plantada nos EUA foram desfeitas com a recente divulgação do relatório de intenções de plantio do USDA, mostrando que a área de milho naquele país não sofrerá redução sensível em relação à do ano passado. Em seguida, o USDA estimou a produção norte-americana deste ano em 6,5 bilhões de bushels (se continuarem as condições favoráveis de clima), contra 5,8 bilhões em 76, o que provocou pressão baixista sobre o nível já reduzido das cotações internacionais. Na verdade, as intenções dos produtores norte-americanos surpreenderam o mercado, pois o preço relativo soja-milho no final de março já alcançava 3,5 (um preço igual a 2,5 é considerado suficiente para induzir os produtores a plantarem mais soja e menos milho), o que constituiria um indicador seguro da esperada ampliação do plantio da soja às custas do milho. Entretanto, é o trigo quem deverá ceder maior área para a expansão da lavoura de soja naquele país, enquanto a área de milho poderá permanecer virtualmente a mesma do ano anterior.

Um breve diagnóstico da situação interna também não favorece a possibilidade de aumento sensível de nossas exportações. De fato, um sério problema da lavoura de milho no Brasil é o seu baixo rendimento por hectare (1,88 t/ha em 75/76), em comparação com o rendimento obtido em outros países, como, por exemplo, Canadá (5,72 t/ha) e Estados Unidos (5,44 t/ha). Métodos tradicionais de cultivo, com pouca utilização de insumos modernos, explicam, em grande parte, o fraco desempenho da produtividade do milho nacional. Entretanto, a capacidade competitiva do produto brasileiro fica enfraquecida, principalmente, no percurso das fazendas aos portos de embarque. Neste trajeto, os custos de transporte, somados às despesas portuárias e à carga tributária (ICM, PIS, FUNRURAL), bem como outras despesas, elevam em quase 50% o custo da tonelada produzida, enquanto nos EUA este incremento é somente da ordem de 18%.

Portanto, se o Brasil deseja se firmar como exportador tradicional de milho, além de cuidar da necessária melhoria tecnológica dos métodos e insumos da produção, terá que atacar diretamente as causas das atuais distorções, que devem ser procuradas na precária infra-estrutura de transporte e armazenagem e na pesada carga tributária que grava a comercialização do milho.

*** SOJA

Durante todo o mês de abril, enquanto se intensificava a colheita brasileira de soja, permanecia irregular o abastecimento interno de farelo e óleo. O subsídio concedido às indústrias, visando a cobrir a diferença entre o preço interno, recentemente tabelado, e o preço externo, ficou defasado com as últimas altas do complexo no mercado mundial (no final de março, quando foi definido o subsídio, o preço do farelo de soja em Chicago estava em torno de US$ 245/t, no final de abril, já alcançava US$ 285/t). Em consequência, as indústrias reivindicam um reajuste do subsídio para efetivarem a normalização do mercado.

Em geral, os produtos agrícolas que, como a soja, destinam-se preponderantemente ao mercado externo, acabam criando distorções internas cujo agravamento pode conduzir a sérias crises de abastecimento, quando não diagnosticadas e enfrentadas a tempo. Nos últimos anos, o mercado interno de farelo e óleo vem sofrendo crises perió-

dicas em decorrência da conjuntura altista dos preços internacionais. No caso particular do farelo de soja, cujo preço interno aumentou em 140% nos últimos 12 meses, tornava-se urgente uma medida que desvinculasse seus preços do comportamento do mercado externo. Com efeito, a indústria de rações e os produtores de gado leiteiro, aves e suínos não poderiam suportar muito tempo a contínua pressão sobre os seus custos, na medida em que o governo não permitè reajustes de preços compensatórios. Assim, o abastecimento interno de aves, ovos e leite ficaria irremediavelmente comprometido com a manutenção da tendência altista do preço do farelo.

Para resolver o problema, o governo estabeleceu um confisco de 7% sobre as exportações do complexo soja, tabelou em Cr$ 2,50 o quilo do farelo, subsidiando sua produção em Cr$ 0,40/kg, com recursos do confisco cambial. Recaiu, portanto, sobre o produtor de soja, o sacrifício exigido para a normalização do mercado de derivados. A solução do problema, entretanto, continuou pendente devido à contínua elevação dos preços externos, exigindo uma revisão do subsídio concedido. No dia 2/5, o governo finalmente reajustou o subsídio ao farelo em um nível realista (Cr$ 0,70/kg), tomando como base um preço médio no mercado externo de US$ 300/t, e elevou paralelamente o percentual do confisco para 12%. Entretanto, com a esperada manutenção da tendência altista dos preços internacionais do complexo soja nos próximos meses, novos reajustes no subsídio se farão necessários, para manter niveladas as margens das indústrias na comercialização externa e interna. Para tanto, seria suficiente uma revisão periódica, por exemplo a cada quinze dias, ao final dos quais o governo reajustaria automaticamente o subsídio ao farelo numa proporção da ordem de 80% da variação média do preço internacional naquele período. Reajustes inferiores àquela proporção implicarão (na hipótese do confisco permanecer em 12%) em crises de abastecimento interno de farelo, pois as indústrias preferirão colocar o produto no mercado externo. Por outro lado, um incremento no subsídio, muito superior a 80% da variação do preço externo tornará a comercialização interna mais lucrativa para as indústrias, resultando, inclusive, em pressão baixista sobre os preços internos das rações.

Embora a política para o setor esteja orientada claramente no sentido de conter as pressões sobre os índices de preço, é possível incorporar aos objetivos dessa política o fortalecimento da

capacidade competitiva das exportações brasileiras de frango. Desde que o governo mantenha o adequado subsídio à produção de farelo - de modo a não comprometer os fornecimentos de rações à avicultura - os exportadores brasileiros de frangos gozarão de evidente vantagem sobre seus concorrentes internacionais, dada a atual situação do mercado. Com efeito, à exceção do milho, os preços internacionais dos compostos de rações para animais têm revelado sensível alta nos últimos doze meses: farelo de soja e farelo de amendoim (+113%), farinha de peixe (+63%). Estes são os preços com que se defrontam os produtores europeus e norte-americanos de aves. É invejável e cômoda a posição do produtor nacional, que passará a desfrutar de matéria-prima subsidiada para concorrer com vantagem no mercado mundial. Além disso, vale sublinhar que a progressiva deterioração das margens dos avicultores estrangeiros - a continuar a inflação de seus custos - poderá conduzir, nos próximos meses, a um corte na produção mundial, o que resultaria em estímulo adicional ao incremento da participação brasileira neste mercado.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

Consultando a tabela I, na página seguinte, observa se que a maioria dos produtos analisados, no 1º trimestre de 74, foram comercializados a preços superiores aos praticados nesta atual crise do setor, e que durante os anos de 75 e 76 os preços destes produtos foram inferiores, na sua maioria, aos praticados nos anos 74 e 77.

As variações de preços dos dois grupos "Legumes e Frutas" e "Raízes e Tubérculos", na tabela II, apresentam uma tendência a superar o índice geral de preços, conforme fica demonstrado nas colunas (4) e (5). Nem, por isso, estão os produtos hortícolas imunes de amplas flutuações cíclicas, cuja explicação teórica é bastante conhecida como o "teorema da teia de aranha". O declínio dos índices relativos nos anos de 74 e 75 parece indicar a presença dos ciclos hortifrutigranjeiros.

Na tabela III, observa-se que a tendência dos preços foi geralmente estável ou baixista no período 66/68, apresentando, em seguida, visível elevação em 69, com uma consequente recuperação da produção e queda de preços em 70. Os preços, de um modo geral, tornaram a se elevar durante o período 71/74. A produção voltou, então, a atingir níveis altos em 75, em resposta aos preços crescentes nos anos anteriores. Ocorreu uma acentuada queda de preços em 75, quando foram destruídas ou deixadas sem colher muitas toneladas de produtos hortícolas. Houve pouca reação popular em apoio aos produtores nessa época. Consequentemente, a produção diminuiu fortemente em 76. Como a recuperação da produção costuma tardar mais do que o processo inverso de redução de plantio, os preços relativamente altos extravasaram para 1977, cujo 1º trimestre coincide com a entressafra hortícola. A inversão do ciclo de produção virá normalmente, a menos que se instale uma política anticíclica tardia que poderá perpetuar a alta de preços ao longo de 77.

Os produtos que menos se enquadram no contexto geral das observações acima são a cebola e o alho, por serem produtos de importação frequente. Curioso também é constatar serem justamente esses produtos que, com a batata, apresentam coeficientes de variação bem superiores à faixa dos demais (situada de 15 a 25% de variação). Por que as importações não estariam contribuindo à maior estabilidade de preços?

TABELA I

EVOLUÇÃO DE PREÇOS HORTÍCOLAS 1/ NA CEAGESP,
MÉDIAS DO 1º TRIMESTRE DE 1974 A 1977

PRODUTO	1974	1975	1976	1977
Abobrinha (cx)	53,36	33,17	40,51	40,33
Alface (cx)	146,40	160,17	190,25	143,15
Cenoura (cx)	76,40	64,48	77,85	65,29
Chuchu (cx)	48,24	38,67	33,57	48,91
Pepino (cx)	49,79	40,62	38,91	46,61
Pimentão (cx)	43,80	40,53	37,22	41,93
Vagem (cx)	94,79	63,80	79,51	98,63
Tomate (cx)	66,68	54,65	58,24	48,07

1/ deflacionados base dez/75, I.G.P. col. 2.

Fonte: COOPERATIVA AGRICOLA DE COTIA (SP) - C.A.C.

Elaboração: GIA

TABELA II

EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES DE PREÇOS DE "LEGUMES E FRUTAS" E "RAÍZES E TUBÉRCULOS", E O ÍNDICE GERAL DE PREÇOS, NO ATACADO

Base: 1969 = 100

ANOS	LEGUMES E FRUTAS 1/ (1)	RAÍZES E TUBÉRCULOS 2/ (2)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS 3/ (3)	(1)÷(3)=(4) (4)	(2)÷(3)=(5) (5)
70	129	148	130	99	114
71	190	173	156	122	111
72	252	214	185	136	116
73	344	290	216	159	134
74	396	249	279	142	89
75	487	410	355	137	115
76	913	928	509	179	182

1/ Nova classificação, col. 43 de Conjuntura Econômica

2/ idem, col. 47

3/ idem, col. 41

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA, vol. 31, nº 3

Elaboração: GIA

TABELA III

ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, NO ATACADO - 66/76 1/

Base: Média 66/68 = 100

PRODUTOS	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	ÍNDICE MÉDIO 2/	COEF. DE VAR. (%) 3/
Abobrinha	106	98	97	120	94	103	116	147	177	139	154	122	22,4
Alface	100	102	99	154	114	128	151	143	160	174	157	135	20,2
Cenoura	109	110	82	132	102	89	144	140	152	122	140	120	19,5
Pepino	103	96	101	103	96	106	102	125	164	141	149	117	20,5
Pimentão	96	111	93	100	103	113	134	147	166	162	188	128	25,5
Vagem	105	97	98	113	104	104	108	125	157	124	156	117	16,6
Chuchu	113	101	87	109	80	78	126	120	136	110	95	105	14,6
Tomate	101	94	105	105	92	104	134	135	141	121	143	116	15,0
Batata	151	87	61	126	86	79	107	189	118	107	141	114	32,3
Repolho	127	102	71	164	93	96	122	133	138	131	101	116	22,5
Cebola	99	110	91	99	66	97	104	188	102	133	111	109	28,1
Alho	62	136	102	44	30	82	98	84	101	138	136	92	39,8

1/ Preços que serviram de base para os índices que foram deflacionados pelo I.G.P. col. 2

2/ Média Aritmética

3/ Desvio Padrão da série sobre a sua média

Fonte: COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA (SP) - C.A.C.

Elaboração: GIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo e Filantrópica, instituida em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudos dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – CAIXA POSTAL: 9.052
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 – RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Eugenio Gudin
Membros: Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flores, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique de Toledo Dodsworth, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral - ROBERTO HERMETO CORRÊA DA COSTA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Consultor: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugênio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire. 647 — 10.º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2584